

POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NO CAPITALISMO CONTEMPORANEO E A REALIDADE BRASILEIRA

PUBLIC SOCIAL POLITICS IN THE CAPITALISM CONTEMPORARY AND THE BRAZILIAN REALITY

Socorro Letícia Fernandes Peixoto

Assistente social do Hospital Geral de Fortaleza. Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Cearense (FAC), pesquisadora do LABOR/UFC. E-mail: leticiafpeixoto@hotmail.com

Enéas Arrais

Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do LABOR/UFC. E-mail: eneas_arrais@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo analisa as estratégias utilizadas pelo capital em consonância com o Estado de responder às atuais expressões da questão social, através da retração das políticas sociais públicas. A crise estrutural do capital e do modo de regulação social, nos países de capitalismo avançado, provocaram alterações na produção e reprodução da vida social. Sob o recrudescimento da pobreza, percebe-se nesse período, uma constante desqualificação da responsabilidade estatal no acesso e regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, historicamente conquistados. Em vistas da necessidade de recomposição do capitalismo, assiste-se, no Brasil, à mercantilização e à focalização das políticas sociais públicas.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Estado. Políticas Sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the strategies used for the capital in accord with the State to answer to the current expressions of the social matter, through the retraction of the public social politics. The structural crisis of the capital and the way of social regulation, in the countries of advanced capitalism had provoked alterations in the production and reproduction of the social life. Under the new outbreak of the poverty, it is perceived in this period, a constant disqualification of the state responsibility in the access and regulation of the social and working rights, historically conquered. In sights of the necessity of resetting of the capitalism, it is attended, in Brazil, to the commercialisation and the focusing of the public social politics.

Keywords: Capitalism. Work. State. Social politics.

1 A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO KEYNESIANO-FORDISTA E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS PAÍSES DE CAPITALISMO AVANÇADO

O período entre os anos 1945 – 1975, denominado *30 Anos Gloriosos*, caracterizou-se pela ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial e pela regulação sistemática do Estado nas relações sociais e econômicas, nas sociedades de capitalismo avançado. Ao contrário da ortodoxia liberal do *laissez-faire* que se fundamentava na autorregulação do mercado e, que começou a expressar seus limites a partir da crise do capital de 1929, essa nova forma de regulação social do Estado, chamado Estado de Bem-estar social ou *Welfare State*, estava diretamente relacionada com a expansão do capital e o desenvolvimento da sociedade salarial no pós-1945.

De acordo com Pereira (*apud* DIAS, 2006), o paradigma dominante do Estado de Bem-estar social foi orientado a partir do pacto entre três doutrinas: primeiro, o receituário keynesiano, em que o Estado era legítimo para intervir por meio de uma série de medidas econômicas e sociais; segundo, nas postulações beveridgeanas, ou seja, nas reformulações sobre o sistema de seguridade social, baseados no direito de feição universal e terceiro, na teoria da cidadania de T. H. Marshall composta por três tipos de direitos: os civis, que tratam das liberdades individuais, os políticos, de votar e ser votado e os direitos sociais, caracterizados pelo acesso a um mínimo de bem-estar e de segurança, a partir do *Welfare State*, como instituição responsável pelos serviços sociais.

A legitimidade da intervenção do Estado de bem-estar social na sociedade capitalista dava-se pelo desenvolvimento das políticas de pleno emprego, em que trabalho e o salário eram elementos que possibilitavam as condições de reprodução do capitalismo, a partir de mudanças da relação do Estado com o desenvolvimento da produção. O aumento real da renda, através da garantia dos salários diretos e indiretos e a cobertura dos riscos sociais tanto para os que estavam inseridos na ordem formal do trabalho, como para a parcela excluída dessa ordem configuravam as políticas de bem-estar adotadas pelo Estado.

Segundo Berhing e Boschetti (2010), o Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador das relações econômicas e sociais. No entanto, isso não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da sociali-

zação dos meios de produção. Ao contrário, defendia-se a liberdade individual e a economia de mercado através de uma intervenção do Estado, que parcialmente rompia com a dogmática liberal-conservadora.

Sob o ponto de vista econômico, esse período foi caracterizado pela maturidade do padrão de acumulação fordista, instituído por Henry Ford, no início do século XX. O fordismo caracterizava-se por um sistema de máquinas de caráter rígido, com divisão específica do trabalho, aumento intenso do capital morto e da produtividade, produção em grande escala e consumo de massa (FRIGOTTO, 1995).

O regime fordista, por sua vez, estava diretamente aliado ao taylorismo, inspirado por Taylor. Essa forma de organização científica do trabalho estruturava-se a partir da decomposição de cada processo de trabalho, segundo padrões rigorosos de produção, tempo e movimentos. O encadeamento repetitivo de tarefas rigidamente cronometradas do trabalhador na indústria, a racionalização do processo de trabalho e uma nova dimensão da relação salarial desembocaram no desenvolvimento de um consumo de massa.

Desse modo, praticamente ao longo do século XX, o binômio taylorismo/fordismo vigorou na grande indústria. Esse sistema produtivo e a política keynesiana de intervenção do Estado nas relações sociais e econômicas contribuíram para a expansão econômica do capitalismo internacionalmente. O trinômio entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado formou a base de poder da expansão de pós-guerra (HARVEY, 2001).

Nesse período, também foi constituído sob a mediação do Estado, um sistema de compromissos entre capital-trabalho. Esse “pacto” passou a ser realizado entre o movimento operário de orientação social-democrata e o patronato, sob representação dos sindicatos e dos partidos políticos. Segundo Antunes (2000), esses “compromissos” fortaleciam uma concepção estadista no interior do movimento operário, onde as negociações em torno das melhores condições salariais, de trabalho e de seguridade tinham fim em si mesmas.

Criava-se, pois, um “fetichismo do Estado” presente na estratégia e no projeto do movimento operário social-democrata, legitimando assim, uma suposta exterioridade do mesmo frente ao capital e ao trabalho e ainda, estabelecendo uma relação de dependência dos segmentos importantes do operariado europeu para com o Estado, na sua qualidade de garantidor da seguridade social e de gestor geral da relação salarial, sob a forma do Estado providência.

É importante ressaltar que o “compromisso” social-

-democrata firmado entre o capital e o trabalho, sob a mediação do Estado, não abrangia os países do denominado Terceiro Mundo, que permaneciam excluídos desse tipo de Estado providencial.

2 ANOS 1970: A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EMERGÊNCIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

No início dos anos 1970, a sinergia orquestrada entre o crescimento econômico, o pleno-emprego e o desenvolvimento dos direitos do trabalho e de proteção social começou a apresentar sinais de esgotamento. A crise estrutural do capital, exacerbada pelo choque do petróleo, demonstrou os limites do modelo de acumulação e regulação social ora vigente.

Frigotto (2000) remete-se às crises do sistema capitalista, como um movimento cíclico e inerente à própria natureza desse sistema.

O caráter contraditório do capitalismo, que leva a crises periódicas e a ciclos abruptos e violentos, como demonstra Marx ao analisar a natureza do capitalismo e a sociedade capitalista nascente, não advém de algo extremo, mas deriva da dominação do capital e exploração do trabalho (FRIGOTTO, 2000, p. 64).

Assim, diferente da retórica conservadora das classes dominantes, que atribuíam a crise à ampla intervenção do Estado na economia, sendo esses argumentos bases para o desenvolvimento da tese neoliberal, sabe-se que os reais motivos que impulsionaram a supracitada crise advêm da própria dinâmica do capital e de suas leis de acumulação, concentração e centralização em face da exploração do trabalho.

Segundo Antunes (2000), os traços mais evidentes da crise manifestavam-se com a queda da taxa de lucro, dado o aumento do preço da força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo, fruto do início do desemprego estrutural; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State* ou do Estado de bem-estar social dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos; o incremento acentuado das privatizações, tendência

generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Em relação ao mundo do trabalho, adota-se assim, um novo modelo de gestão avesso à rigidez do fordismo. Esse novo modelo denominado acumulação flexível apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se ainda por novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e principalmente, pela intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2001).

Essa reorganização do capital com vistas a dar respostas à crise ora instalada, pautada nesses novos processos de produção, tinha o *toyotismo* ou modelo japonês como referência. A descentralização e horizontalização da produção e o melhor aproveitamento possível do tempo, frente às exigências individualizadas do mercado consumidor, marcavam uma produção flexível e heterogênea.

Segundo Frigotto (2000), os sinais de esgotamento do sistema fordista coincidem com uma revolução na base técnica do processo produtivo. A microeletrônica associada à informatização, à microbiologia e engenharia genética que permitem a criação de novos materiais e novas fontes de energia são a base da substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível.

Entretanto, essa nova forma da produção mais flexível e com inovações da base tecnológica produziu a precarização do trabalho, elevou os índices de desemprego estrutural, destruiu as habilidades e os ganhos salariais dos trabalhadores, além de um ataque excessivo ao poder sindical.

A precarização do mundo do trabalho foi expressa na intensificação do ritmo produtivo, na ampliação do conjunto flutuante e flexível de trabalhadores através do aumento das horas extras, na terceirização no interior e fora das empresas e na contratação de trabalhadores temporários (ANTUNES, 2000).

Todos esses fatores desembocaram na crise da sociedade salarial o que fez emergir assim, uma nova questão social. Segundo Castel (1998), a nova questão social está diretamente ligada ao enfraquecimento das proteções sociais, oriundas das funções integradoras do trabalho. O que se observa é a quebra do vínculo entre trabalho e segurança, devido às frágeis relações de trabalho e o desemprego. Além daqueles que foram diretamente atingidos pelas mudanças do trabalho, há aqueles que nem sequer hoje conseguem ser explorados pelo capital, os *supranuméricos* que vivem como inúteis no mundo.

3 A EMERGÊNCIA DO ESTADO NEOLIBERAL E A RETRAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

Conforme exposto acima, a retórica burguesa acerca da crise de 1970 pauta-se na ideia de diminuição do controle do Estado na economia, em virtude de sua forte intervenção na regulação econômica e social no período do Estado de Bem-estar social. Nesse sentido, advoga-se o retorno às ideias liberais das “leis naturais de mercado” e à retirada do Estado da economia.

Acirra-se também o processo mundialização da economia, mediante a preponderância da financeirização do capital. Para Chesnais (1996), as novas estratégias adotadas pela globalização, a partir de 1980, pautam-se mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior, moldando assim as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços.

No âmbito político, percebe-se nesse período uma constante desqualificação da responsabilidade do Estado para com o trato da questão social. Formata-se uma nova roupagem do liberalismo clássico, baseada num conjunto de receitas econômicas e programas políticos que tinham como base a crítica ao Estado de Bem-estar social.

Dentre os argumentos que respaldam a proposta neoliberal, destaca-se a redução do papel do Estado para as políticas sociais de cunho universal, através de uma melhor disciplina orçamentária do Estado. Segundo o discurso dominante, era necessário diminuir a ação reguladora do Estado, pois os gastos públicos e sociais ocasionaram um desequilíbrio orçamentário, provocando inflação e desemprego, além do aumento da carga tributária, que diminuía os investimentos privados.

Anderson (1995), ao falar do neoliberalismo afirma que,

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 11).

Historicamente, o neoliberalismo surgiu após a 2ª Guerra Mundial, na região da Europa e dos Estados

Unidos, onde imperava o capitalismo, como reação teórica e política ao Estado intervencionista, tendo como texto de origem “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. O neoliberalismo tinha como tese fundamental que a limitação dos mecanismos de mercado por parte do novo igualitarismo do Estado de bem-estar ameaçava a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência (ANDERSON, 1995).

No entanto, é somente no final da década de 1970 que a ideologia neoliberal vem a tomar concretude. Foi em 1979, na Inglaterra, no governo eleito de Thatcher e em 1980, com Reagan, nos EUA, que o programa neoliberal foi posto em prática nos países de capitalismo avançado. Ressalta-se, porém, que foi no Chile, sob a ditadura de Pinochet que se deu a primeira experiência neoliberal, quase uma década antes de Thatcher.

Conforme descrito acima, a liberalização econômica também se manifestou na intensificação do processo de mundialização do capital. A proliferação do capital industrial aliado às instituições financeiras e bancárias em nível mundial contribuiu para a exacerbação das ideias neoliberais. Novas estratégias de acumulação e concentração do capital foram adotadas sob o imperativo do avanço tecnológico na tentativa de diversificar as operações entre países, manter o controle dos mercados, através das fusões entre empresas e aumentar os investimentos internacionais, sobretudo monetários.

No entanto, a autonomia dos mercados não pode ocultar a participação dos Estados, sob a retórica oficial de contenção das crises. As decisões governamentais manifestam-se através dos acordos comerciais entre países, dos pactos de instalação e desenvolvimento das empresas, das políticas de favorecimento à proliferação do capital financeiro, do estabelecimento das barreiras alfandegárias.

Conforme Chesnais (1996),

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos humanos e naturais, onde lhes for conveniente (CHESNAIS, 1996, p. 34).

No campo político-ideológico, a crença de que não havia mais alternativas para se contrapor à direitização

do neoliberalismo no Ocidente foi ratificada por um duplo movimento: uma exaltação do mercado e a satanização do Estado, como causador de todas as desgraças e infortúnios que afetaram as sociedades capitalistas (BÓRON, 1995).

Na América Latina, o sucesso do neoliberalismo deveu-se principalmente às políticas antiinflacionárias e de ajuste fiscal do Estado, através da elevação das taxas de juros concomitante à preservação dos capitais financeiros. O aumento dos investimentos especulativos em detrimento dos produtivos ocasionou o crescimento do desemprego, o agravamento da pobreza e o acirramento das desigualdades sociais.

Vários programas de ajuste econômico foram propostos pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, ainda, pelos governos para os países da América Latina. Estes constituíam em planos de estabilização econômica, de curto prazo, que permitiriam o reequilíbrio da balança de pagamento dos países devedores do FMI, a fim de estimular o crescimento da economia dos países.

De acordo com Draibe (1995), a receita neoliberal, nos países latino-americanos, submetidos aos rigores dos ajustes macroeconômicos e à devastação social, pareceria estar contida de reformas no sistema de proteção social, orientadas para a descentralização, focalização, privatização, concentração nos programas sociais de emergência.

No Brasil, assim como nos demais países latino-americanos, o sistema de proteção social jamais se constituiu num *Welfare State*. O sistema de proteção social brasileiro de cunho corporativista-meritocrático, voltado para os segmentos formais da economia, caracteriza pela cobertura a uma parcela restrita da população, ficando grande parte da população pobre excluída em razão dos seus vínculos instáveis e precários no mercado de trabalho (LAVINAS, 2004).

Salienta-se que a privatização deslocou parte da produção de bens e serviços sociais públicos para o setor privado lucrativo e não lucrativo. Em relação a esses últimos, novos sujeitos se inserem no trato da questão social, dentre eles, as associações de filantropia, as organizações comunitárias e as organizações não-governamentais.

Segundo Francisco de Oliveira (1995), o neoliberalismo no Brasil adquire terreno fértil com a dilapidação do Estado no governo Collor.

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil, onde a dilapidação do Estado

preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi seu voto de desespero que elegeu o Bismarck das alagoas. Então, surgiu o neoliberalismo à brasileira (OLIVEIRA, 1996, p. 25).

Nesse sentido, as reformas neoliberais instalam-se tardiamente no Brasil, sobretudo na década de 1990. As prerrogativas de ajustes das contas públicas, na geração de superávit primário para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira, impostas pelas instituições internacionais, impulsionou o governo a adotar uma série de medidas a favor dos interesses privados e de restrição dos gastos sociais.

4 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O cenário brasileiro no final da década de 1980 revela-se amplo de contradições. De um lado avança-se no plano legal de garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, através da promulgação da Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã. De outro, as reformas neoliberais acirram o cenário de desregulamentação e privatização dos direitos sociais, bem como de seletividade e focalização das políticas sociais, através das denominadas políticas de “combate à pobreza”, termo adotado pelos “países em desenvolvimento” a partir de orientações do Banco Mundial.

Enfatiza-se que a consolidação da Constituição de 1988 foi fruto da luta de vários movimentos sociais organizados, através do processo de redemocratização política no Brasil. Essa Constituição instituiu o conceito de Seguridade Social, reunindo as áreas da assistência social, saúde e previdência social. Prevê também um processo de descentralização e a das políticas sociais, através da instituição dos Conselhos de Direitos em nível local, possibilitando a ampliação dos canais de participação popular na elaboração, fiscalização e gestão das políticas públicas.

Entretanto, apesar dos significativos avanços no processo de institucionalização da Política Nacional de Assistência Social, através da implementação do Sistema Único de Assistência Social, em 2005, percebe-se a continuação da sujeição das políticas sociais públicas às políticas econômicas neoliberais.

A herança patrimonialista das relações políticas no

Brasil e a conservação de práticas da burguesia brasileira vinculadas de mandonismo oligárquico contribuem para uma ausência político-ideológica de acesso aos direitos pela classe que vive do trabalho. Concomitante a isso, resgata-se a ausência de uma concepção de proteção social universal na sociedade brasileira, fazendo com que aqueles que estão destituídos das garantias formais no mercado de trabalho, recorram às políticas de assistência social para garantia dos mínimos vitais de reprodução social.

Conforme Mota (2008, p. 140),

Neste ambiente, uma parcela de ex-trabalhadores assalariados, agora considerados ‘pequenos empreendedores’ ou trabalhadores por conta própria se transformam em consumidores de serviços disponíveis no mercado, como é o caso dos seguros de saúde e planos de previdência privada para os que conseguem pagar. Os demais desempregados e desorganizados politicamente engrossam as fileiras do ‘mundo da pobreza’.

Como forma de enfrentar as vicissitudes advindas desse “mundo da pobreza”, emergem novas estratégias sociais, políticas e ideológicas, baseadas na reformulação das políticas sociais públicas, segundo os postulados neoliberais. As políticas de “combate à pobreza” tornam-se centrais na sociedade brasileira contemporânea, sob os signos dos programas de transferência de renda às pessoas em situação de pobreza.

Em consonância com as orientações dos organismos financeiros internacionais, as políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil baseiam-se, predominantemente, na abordagem monetária da pobreza absoluta, em que os patamares de rendimentos são centrais para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Nesse sentido, as linhas de pobreza são definidas a partir de um mínimo necessário à aquisição de bens para a reprodução dos indivíduos.

Nessa ótica, ao invés da implantação de políticas

redistributivas, a tese do crescimento econômico e da liberalização dos mercados seria a solução para a superação da pobreza, pois haveria o aumento de empregos e da produtividade, além do crescimento dos salários. No entanto, como relata Salama e Destremau (1999), essa tese pode ser contrariada através de três fatores: o crescimento não acarreta espontaneamente um aumento do conjunto dos rendimentos, uma política de redistribuição de renda pode ser implantada e as variações da inflação afetam diferentemente grupos familiares. Ainda segundo o autor, o crescimento pode acarretar desigualdades crescentes, face às variações da taxa de abertura do comércio internacional e da modalidade de progresso científico e tecnológico.

Em consonância com isso, adverte-se para um mascaramento das faces reais da questão social, materializadas no conjunto de desigualdades e lutas sociais, derivada das relações sociais que se estabelecem na sociedade capitalista de apropriação privada do caráter coletivo da produção. Não obstante, destacam-se as situações conjunturais de mobilidade social vividas pelas famílias pobres no Brasil contemporâneo, em virtude dos programas de transferência de renda e do aumento do valor do salário mínimo. No entanto, há de ressaltar a permanência de profundas desigualdades sociais e de situações de pauperismo que ainda assolam a grande parte da classe trabalhadora.

Compreende-se que as respostas adotadas pelo Estado, sob a influência do capital, pautam-se, sobretudo, em padrões focalistas de atendimento às necessidades sociais. A despolitização das lutas sociais, a refilantropização da questão social no seio do capital privado, a reedição de formas antigas de trabalho, a mercantilização dos serviços sociais, as políticas de transferência de renda, dentre outras são estratégias orquestradas pelas classes dominantes que reiteram a reprodução da lei de acumulação capitalista e de reprodução alargada de uma grande massa de superpopulação relativa de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**. Fundamentos e história. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social, vol. 2)

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 6. ed. Petrópolis, SP: Vozes, 1998.

- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Frinzi foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, Adriane Tomazelli. **A “nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 2006. 221f. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- DRAIBE, Sônia M. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Campinas: Fundação Nativo Natividade – Editora Linhas Gerais, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LAVINAS, Lena. Universalizando direitos. **Observatório da Cidadania**. Rio de Janeiro, p. 67 – 74, 2004a.
- MOTA, Ana Elizabeth. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.